

O presidente da República acaba de enviar ao Congresso a proposta de orçamento da União para o exercício 1987. A propósito desse fato, seríamos tentados a exumar de nossos arquivos os comentários feitos nos anos anteriores e lembrar que, lamentavelmente, a peça orçamentária se tornou, em nosso país, um documento puramente formal, quase sem nenhum valor, que o Congresso não discute a sério e que o governo não respeita.

Este ano, porém, o documento adquire significação muito especial, por tratar-se do primeiro orçamento do Plano Cruzado. Em comentário anterior, tivemos oportunidade de dizer que seria esse um teste importante. A leitura da proposta orçamentária poderia deixar-nos satisfeitos, pois revela que o sentido da austeridade presidiu à sua elaboração. Uma segunda leitura, mais atenta, suscita várias dúvidas, que nos deixam perplexos e apreensivos.

Importa ressaltar, em primeiro lugar, o aspecto político. A votação do orçamento constitui o ponto alto da vida democrática e foi a discussão do orçamento que deu origem, realmente, à democracia. O presidente da República parece reconhecê-lo em sua Mensagem que acompanha a proposta orçamentária, na qual declara: "Considero de vital importância a colaboração do Parlamento, na ação permanente de aperfeiçoamento da peça orçamentária, através de críticas e sugestões". O projeto de orçamento, enviado no dia 1º de setembro, terá de ser aprovado antes

do dia 30 de novembro. Ora, sabe-se que até o dia 15 de novembro não haverá possibilidade de reunir o Congresso, que, portanto, na melhor das hipóteses, terá apenas 14 dias para discutir o documento básico da vida política nacional. Já se fala (seria esse um caso único, a nosso conhecimento) em aprovação por decurso de prazo. Não se poderia caracterizar melhor o desrespeito à democracia.

O orçamento é austero e, ao mesmo tempo, generoso — o que talvez constitua mais uma das contradições da atual política econômica. Sabe-se que, diante da previsão do déficit para 1986, até agora avaliado em 4,2% do Produto Interno Bruto, mas que talvez será maior quando as contas estiverem fechadas, houve duas propostas para a elaboração do orçamento de 1987. A dos que reconhecem a necessidade de austeridade pleiteou um orçamento cujo déficit seria limitado a 2,5% do PIB; a outra entende que o déficit nada tem a ver com a inflação e preconiza a expansão dos gastos, que elevaria o déficit programado (sempre muito inferior ao déficit real) a 4% do PIB. A austeridade venceu, mas talvez tenha sido essa uma vitória de Pírrro.

O déficit foi equivalente a 1,6% do PIB em 1984 e a 3,2% em 1985, mas, em 1986, chegou a (segundo estimativas que poderão ser invalidadas pelos fatos) 4,2%. Voltar a 2,5%, seria, sem dúvida, um grande avanço. Com vistas a isso, o governo decidiu manter as despesas no mesmo nível de 1986. Todavia, para obter

esse resultado, apolou-se em três premissas que parecem discutíveis: em 1987, a inflação será igual a zero, a taxa cambial não sofrerá modificações e o crescimento do PIB será de 7%. A inflação zero parece-nos um objetivo demasiado ambicioso, para não se dizer totalmente irrealista. Em primeiro lugar, como não será igual a zero a inflação de 1986, haverá o reflexo disso sobre os gastos de 1987, tanto nas despesas correntes como nas de pessoal, que permanecerão estáveis. Além disso, existe a escala móvel de salários, que vale também para o funcionalismo público. Como poderia o governo recusar a seus servidores o que ele permite fazer ao setor privado?

A sustentação da taxa cambial, que diz respeito ao montante do serviço da dívida externa, parece-nos também muito discutível, sobretudo porque já se notam alguns obstáculos à exportação com a taxa atual. Difícilmente o governo se exporá ao risco de manter uma taxa irrealista. Tudo indica, pois, que se subestimam os gastos.

O crescimento de 7% para o PIB continua sendo mais um desejo (aliás, muito perigoso, dadas as necessidades de investimentos — leia-se: poupança — para acompanhar tal ritmo de crescimento) do que uma certeza. Naturalmente, sem esse crescimento, as receitas previstas não poderão acompanhar as previsões. Convém notar que, segundo o presidente, não haverá aumento da carga tributária, a despeito da amea-

ça de tapar os buracos por meio de novos "empréstimos" compulsórios. Deve-se notar, aliás, que as receitas do FND não foram incluídas no orçamento por não se achar ainda regulamentado o Fundo, criado no fim de julho...

Naturalmente, temos de admitir que as receitas crescerão com a inflação e que haverá uma compensação, ainda que, para isso, seja necessário manter o crescimento. A nosso ver, é bem mais provável que as receitas tenham sido subestimadas no orçamento, para se evitar susto igual ao que já deu o secretário da Receita Federal...

Falamos em orçamento austero e, ao mesmo tempo, generoso. A generosidade percebe-se nos gastos sociais, que em valor real serão 51% maiores que os de 1986. Para que o equilíbrio seja mantido, o governo terá de efetuar amplos cortes nas outras despesas. Pode-se duvidar de que o faça, embora seja necessário.

Por tudo isto e outras razões mais, consideramos que os partidários da austeridade obtiveram uma vitória de Pírrro. Os keynesianos aceitaram a elaboração de um projeto de orçamento que sabem irrealista. Vencerão pela pressão natural da máquina governamental. Lamentamos apenas que seja muito difícil algum membro do Congresso dar o sinal de alerta e lamentamos, mais ainda, que um novo perigo ameace o Plano Cruzado, pois continuamos pensando que o déficit tem muito que ver com a inflação.